

01-ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA
02-FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Aos doze dias do mês de setembro de um
03-mil novecentos e noventa, reuniu-se na sala do bloco D, 1º an-
04-dar, a Congregação da Faculdade de Educação, com a presença
05-dos seguintes membros: Águeda Bernardete Uhle, Ana Maria
06-Fonseca de Almeida, Antonio Luis de Andrade, Décio Pacheco
07-Dermeval Saviani, Gildo Luiz de Freitas, James Patrick Maher,
08-Joyce Mirella Lacki Ribeiro, José Luis Sanfelice, Liliana
09-Rolfsen Petrilli Segnini, Lucila Diehl Tolaini Fini, Márcia
10-Regina Ferreira de Brito, Márcia Tereza de Paiva, Maria
11-Christina Malta Pretti, Martha Rosa Pisani Destro, Newton
12-Aquiles von Zuben, Newton César Balzan, Olinda Maria Noronha,
13-Pedro Ganzeli, Sérgio Antonio da Silva Leite e Silvio Ancizar
14-Sanches Gamboa. Ausência justificada: Maria Inês Fini. De iní-
15-cio o Professor José Luis submeteu à apreciação a Ata da Qua-
16-dragésima Sexta Reunião Ordinária, a qual foi aprovada. I) EXPE-
17-DIENTE. a) O Professor José Luis comunicou que o Professor
18-Décio Pacheco assumiu a chefia do Departamento de Metodologia
19-de Ensino e registrou, em nome de toda a Faculdade de Educação,
20-seus agradecimentos à Professora Dulce Maria P. de Camargo pe-
21-lo desempenho de seu mandato junto ao Departamento. b) O Pro-
22-fessor José Luis esclareceu que a Portaria Interna GR nº 171 /
23-90, que dispõe sobre os afastamentos e licenças previstos nos
24-artigos 114 e 115 do ESUNICAMP e suspensão de contratos de
25-trabalho para tratar de assuntos particulares também é exten-
26-siva a todos os docentes da Universidade. Diante da explicação
27-o Professor José Luis alertou aos Chefes de Departamentos
28-quanto aos pedidos de afastamentos de seus Professores, tendo
29-em vista a referida Portaria. c) Foram entregues à todos os
30-presentes os INFORMES DA DIREÇÃO - Nº 04/90 - PERÍODO DE 01/07
31-a 30/08/90. d) A Professora Lili Katsuco Kawamura leu o docu-
32-mento referente à instalação do Grupo de Estudos e Pesquisas
33-sobre Tecnologia, Trabalho e Educação (TTEduc), com vistas à
34-sua institucionalização junto a esta Faculdade. A Congregação
35-tomou ciência do referido documento e recomendou que anualmen-
36-te seja encaminhado relatório de atividades do grupo à mesma.
37-e) O Professor Newton Aquiles solicitou que lhe sejam forneci-
38-das informações a respeito dos núcleos existentes na Faculdade
39-de Educação e também, dados sobre seminários, congressos,
40-afastamentos de docentes para o exterior e outros acontecimen-
41-tos importantes dentro da Unidade. Estas informações serão co-
42-locadas na Revista PRO-POSIÇÕES. f) O Professor José Luis ex-
43-plicou que de acordo com o OF.GR. nº 1053/90 a Professora
44-Liliana Rolfsen Petrilli Segnini foi escolhida como Suplente
45-da 4ª Câmara da Comissão Processante Permanente I da UNICAMP.
46-g) Inclusões em pauta: a) Substituição, na composição da Comis-
47-são Julgadora, do Concurso para Provimento de Cargo de Profes-
48-sor Titular, na área de Teoria das Organizações, do DASE, ao
49-qual se inscreveu o Professor Maurício Tragtenberg. b) Substi-
50-tuição, na composição da Comissão Julgadora, do Concurso para
51-Professor Titular, na área de História da Educação, do DEFHE,
52-ao qual se inscreveu o Professor Evaldo Amaro Vieira. c) Pedi-
53-do de colaboração do Professor Sérgio Antonio da Silva Leite
54-junto a Divisão Regional de Ensino. d) Projeto Qualidade

01-Os itens acima serão discutidos na "Ordem do Dia", antes do
 02-item "B-Aprovação". II) ORDEM DO DIA. A) Homologação. A.1) Homo-
 03-logações de encaminhamento da Direção. a) Sílvia M. Manfredi -
 04-colaboração até 08 horas semanais, como Técnica em Educação,
 05-junto à Escola Sindical do DIEESE, no período de 24/04/90 a
 06-26/04/91. b) Fixação de data de início do Semestre Sabático do
 07-Professor Milton José de Almeida - 15/02/91 (06 meses). Homo-
 08-logados. A.2) Homologações do Conselho Interdepartamental. -
 09-reunião de 05/09/90. a) Relatórios de Atividades: 1- Sônia
 10-Giubilei, DASE; 2- Charles Richard Lyndaker, DASE; 3- Maria
 11-Evelyna P. do Nascimento, DASE; 4- Antonio Miguel, DEME; 5-
 12-Ana Lúcia G. de Faria, DECISAE; 6- Elisa Angotti Kossovitch,
 13-DECISAE; 7- Zeila de Brito F. Demartini, DECISAE; 8- Patrizia
 14-Piozzi, DECISAE; 9- Evaldo Amaro Vieira, DEFHE; 10- Gilberta
 15-S. Jannuzzi, DEFHE e 11- Augusto João C. Novaski, DEFHE. O
 16-Professor Newton Aquiles solicitou aos Chefes de Departamentos
 17-informações a respeito do andamento das teses de doutorado dos
 18-Professores MS-2. Após as explicações, todos os Relatórios de
 19-Atividades foram homologados. b) Pedido de renovação da cola -
 20-boração do Professor Newton Aquiles von Zuben, junto ao DML /
 21-FCM, por mais 01 ano: 2ªs. feiras - integral e 4ªs. feiras -
 22-manhã. Homologado. c) Termo Aditivo ao convênio celebrado em -
 23-tre a UNICAMP e a Universidade de Lujan/Argentina, proposto
 24-pela FE para estabelecer intercâmbio de informação científica,
 25-textos, planos e programas de estudos, bem como de docentes e
 26-discentes. Homologado. d) Manifestação da FE, junto a Reito-
 27-ria, quanto a Programa Nacional de Alfabetização. Foi lido o
 28-Parecer elaborado pelo Professor Sérgio Leite, conforme foi
 29-solicitado pelo Conselho Interdepartamental, o qual segue na
 30-integra: "Parecer da Congregação da FE sobre o Programa Nacio-
 31-nal de Alfabetização e Cidadania. Descrição dos fatos. O apelo
 32-lançado em 1985, na 23ª Reunião da Conferência Geral da Orga-
 33-nização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
 34-(UNESCO), teve como consequência a resolução da ONU nº 42/104,
 35-proclamando 1990 como o ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO -
 36-A.I.A., visando, entre outras metas, à preparação de um plano
 37-de ação para ajudar os países membros e erradicar o Analfabe-
 38-tismo até o ano 2.000. No Brasil, a resolução provocou dois
 39-desdobramentos imediatos: 1- a Assembléia Nacional Constituin-
 40-te determinou a eliminação do Analfabetismo e universalização
 41-do Ensino Fundamental nos 10 primeiros anos de promulgação da
 42-nova Carta Magna; 2- o Presidente da República criou, no MEC,
 43-através do Decreto nº97.219, de 14/12/1988, a Comissão Nacio-
 44-nal do Ano Internacional da Alfabetização, formada por repre-
 45-sentantes de órgãos governamentais e civis, encarregada de
 46-coordenar nacionalmente os programas e atividades do A.I.A., a
 47-qual foi instalada no final do primeiro semestre de 1989. Em
 48-novembro do mesmo ano, a Comissão lançou o documento "Alfabe-
 49-tizar e Libertar", onde apresentou um panorama geral da situa-
 50-ção de Analfabetismo, uma análise da mesma e, na última parte,
 51-uma proposta metodológica, visando à elaboração de uma Políti-
 52-ca Nacional de Alfabetização e Educação Básica. Tal proposta
 53-previa o desenvolvimento do trabalho em três fases: 1- fase
 54-municipal, coordenada pelos órgãos municipais de Educação, com

01-objetivo de elaborar um documento diagnóstico e um plano de
02-ação regional, para uma política de Alfabetização, culminando
03-esse processo local com a realização de Assembléias Municipais
04-pais, com a participação de rede de ensino e demais setores
05-interessados; 2- fase estadual, coordenada pelas Secretarias de
06-Educação, visando consolidar em um único documento estadual,
07-as diretrizes municipais, através da realização das Assem-
08-bléias Estaduais; 3- fase nacional coordenada, pelo MEC, atra-
09-vés do Congresso Nacional de Alfabetização e Ensino Básico,
10-para elaborar a Declaração Nacional dos Direitos do Analfabeto
11-e da Política Nacional de Educação Básica, a partir dos docu-
12-mentos das unidades federadas. Com a mudança de governo, a Co-
13-missão Nacional não foi mais convocada, desde março de 1990,
14-apesar de também não ter sido extinta. Em agosto pp., o gover-
15-no divulgou, através do MEC, o Programa Nacional de Alfabeti-
16-zação e Cidadania, com o objetivo de "viabilizar as condições
17-necessárias a que todo cidadão tenha assegurada sua oportuni-
18-dade de alfabetizar-se, independente de sua idade, condição
19-financeira ou local de moradia". Para tanto, propõe a mesma
20-metodologia definida pela Comissão Nacional, no documento
21-"Alfabetizar e Libertar", dividindo o trabalho em três fases:
22-1- Assembléias Municipais, de 20 a 27 de setembro, com duração
23-de três dias, visando à formulação de um plano de ação regio-
24-nal a partir de diagnóstico feito; 2- Assembléias Estaduais,
25-de 23 a 30 de outubro, visando consolidar os planos estaduais
26-em um único documento, por unidade da Federação; 3- Assembléia
27-Nacional, em meados de dezembro, com objetivos de definir
28-ações e responsabilidades. Além disto, o documento governamen-
29-tal prevê condições mínimas para o início do processo de ope-
30-racionalização: a) localização e preparo de espaços físicos
31-disponíveis; b) recrutamento, seleção e treinamento de profes-
32-sores monitores; c) garantia de remuneração adequado aos pro-
33-fessores monitores; d) seleção, aquisição e distribuição de
34-material didático pedagógico. Assume como meta, alfabetizar
35-até março de 1995, cerca de 17.150.000 pessoas, ou seja, 70%
36-da população analfabeta, com verba inicial disponível para
37-1990 de 10 bilhões de cruzeiros (informação esta obtida atra-
38-vés de jornais). Ainda em agosto, o Conselho de Reitores das
39-Universidades Brasileiras (CRUB) encaminhou um telex às IES,
40-solicitando sugestões de aprimoramento às propostas definidas
41-pelo próprio CRUB, com relação ao Programa Nacional governa-
42-mental. Tais sugestões foram encaminhadas no documento "Uni-
43-versidade, Cidadania e Alfabetização". Propõe que as Universi-
44-dades participem do Programa Nacional de Alfabetização e Cida-
45-dania de acordo com os seguintes objetivos gerais: a) geração
46-de conhecimento através da pesquisa; b) transferência de
47-conhecimento através do ensino e formação do aluno, da reci-
48-clagem de docentes, da educação continuada e da divulgação do
49-conhecimento produzido; c) articulação com os diferentes seg-
50-mentos do Estado e da sociedade civil. Neste sentido, o mesmo
51-documento do CRUB encaminha as seguintes recomendações: a) re-
52-ver e definir uma nova política de formação dos alfabetizado -
53-res; b) ações que possibilitem discussão e disseminação do
54-conhecimento sobre Alfabetização; c) estimular a criação de

01-programas de pesquisa sobre Alfabetização, enfatizando seu ca-
02-ráter multidisciplinar; d) articular-se com os sistemas esta-
03-dual e municipal de ensino com vistas ao aperfeiçoamento de
04-recursos humanos; e) incentivar a criação de uma rede nacional
05-de intercâmbio sobre Alfabetização, visando à divulgação e
06-troca de experiências; f) abrir espaço físico disponível para
07-o trabalho de Alfabetização; g) prestar cooperação técnica na
08-elaboração de projetos globais; h) revisão e aprimoramento da
09-qualidade do currículo dos cursos de Licenciatura; i) atuar
10-junto aos órgãos públicos visando priorizar a educação em
11-todos os seus níveis e ampliar o volume e as fontes de finan-
12-ciamento para a Educação. Parer. 1- Diante do exposto, a
13-Congregação da Faculdade de Educação entende que as Universi-
14-dades Brasileiras, em especial as Públicas, não podem ficar
15-alheias a todos esse processo que se desenvolve não só a nível
16-nacional, como também a nível internacional. Trata-se do es-
17-forço não de um país isolado, mas de toda uma comunidade mun-
18-dial, através da ONU, visando à erradicação do Analfabetismo
19-até o ano 2.000. Em nosso país, estima-se a existência de 20
20-milhões de analfabetos, além de mais 40 milhões de analfa-
21-betos funcionais. Tais números, pela sua magnitude, exigem um
22-esforço coletivo, ainda que tardio, envolvendo o Estado e toda
23-a sociedade civil, visando garantir a toda a sociedade o di-
24-reito à Alfabetização, a qual, sem dúvida, situa-se como con-
25-dição necessária, embora não suficiente, para o exercício da
26-cidadania. 2- No entanto, a Congregação da Faculdade de Educa-
27-ção também entende que a questão do Analfabetismo certamente
28-não será resolvida através de campanhas nacionais, desvincu-
29-ladas de uma política mais ampla que venha conter a "produção
30-do analfabetismo". O enfrentamento da questão exige a formula-
31-ção e implantação de políticas integradas, visando: a) a efe-
32-tiva melhoria das condições do ensino básico, possibilitando
33-o atendimento de qualidade a toda a população, bem como sua
34-permanência na escola, durante, pelo menos, o período corres-
35-pondente ao ensino de 1º grau; b) a alfabetização da população
36-adulta analfabeta, através de todas as instâncias da socieda-
37-de, incluindo as redes de ensino público; c) oportunidades de
38-desenvolvimento aos cidadãos, após o período de alfabetização,
39-numa perspectiva de educação constante e continuada, possibi-
40-litando condições de aprimoramento do exercício da cidadania.
41-3-Apesar disto, não se está negando a possibilidade de uma
42-campanha nacional, democraticamente planejada, como estratégia
43-para motivação e organização da sociedade para o enfrentamento
44-da questão. No caso, as propostas apresentadas pelo CRUE e pe-
45-lo documento do MEC, justificam-se por se tratarem de objeti-
46-vos assumidos internacionalmente e por ter assimilado ple-
47-namente a metodologia proposta pela Comissão Nacional do Ano
48-Internacional da Alfabetização, que prevê ampla participação
49-de todos os setores da sociedade civil, dando grande ênfase à
50-participação e às ações a nível do município. O que o documen-
51-to propõe, portanto, são as estratégias de organização da so-
52-ciedade, visando ao planejamento de uma política nacional de
53-Alfabetização e Ensino Básico. 4- Nesta perspectiva, a Congre-
54-gação da Faculdade de Educação avalia que as Universidades, em

01-especial a UNICAMP, devem participar de todas as etapas pre-
02-vistas de forma a garantir o caráter democrático inicialmente
03-exposto no documento. Entretanto, é de se prever que difícil -
04-mente essas etapas serão desenvolvidas de acordo com o crono -
05-grama proposto, dada a exiguidade de tempo. Tal cronograma foi
06-proposto pela Comissão Nacional no final do ano passado, e
07-previa que no primeiro semestre de 1990 seriam desenvolvidas
08-as etapas iniciais. No entanto, o trabalho da Comissão não te-
09-ve continuidade a partir de fevereiro deste ano, perdendo
10-portanto, todo esse período. Necessário, pois, a revisão do
11-cronograma apresentado. 5- Da mesma forma, é previsível que os
12-recursos previstos não serão suficientes para uma campanha que
13-pretende mobilizar toda a sociedade civil e garantir ações em
14-todo o território nacional. 6- Uma outra sugestão apresentada
15-pela Congregação da Faculdade de Educação diz respeito à rea -
16-tivação da Comissão Nacional do A.I.A., na coordenação de todo
17-o trabalho previsto, principalmente pelo fato da metodologia
18-proposta ter sido elaborada pela referida Comissão. Esta pode-
19-ria, inclusive, ser ampliada, possibilitando a participação de
20-mais setores representativos da sociedade civil. 7- Com rela -
21-ção às recomendações específicas do CRUB, sugere-se a imedia -
22-ta criação, pela Reitoria, de uma Comissão da Universidade
23-que realize um levantamento dos recursos existentes e das
24-ações em desenvolvimento com relação à Alfabetização e Ensino
25-Básico, bem como a elaboração de propostas que possibilitem
26-maior participação da UNICAMP nas atividades locais, regionais
27-e nacionais. No caso da Faculdade de Educação, vários grupos
28-de trabalho e docentes individualmente vêm desenvolvendo pro -
29-jetos de pesquisa e assessoria junto às redes de ensino públi -
30-co, realizando ações relacionadas com Alfabetização e Ensino
31-Básico. Planeja-se atualmente um curso de especialização, jun -
32-tamente com o IEL, sobre Alfabetização". Após a leitura, fo -
33-ram dadas algumas sugestões para completar o Parecer. O texto
34-concluído será enviado à Reitoria e logo após será divulgado
35-na Faculdade de Educação. e) Manifestação da FE, junto à Dire -
36-tora do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de
37-Educação que solicita abertura de Curso de Especialização -
38-Pós-Graduação Lato Sensu, em período noturno, sobre Alfabeti -
39-zação. Conforme sugestão do Conselho Interdepartamental, foi
40-formada uma Comissão com Professores ligados à área para tra -
41-balharem neste projeto. Comissão: Professores Saria Affonso
42-Moysés, Sílvia Maria Manfredi, Maria Cecília Rafael de Góes,
43-Sérgio Antonio da Silva Leite e Ana Lúcia Goulart de Faria
44-Assuntos incluídos em pauta: a) Substituição na composição da
45-Comissão Julgadora do Concurso para Provimento de Cargo de
46-Professor Titular, na área de Teoria das Organizações, do
47-DASE, do qual se inscreveu o Professor Maurício Tragtenberg
48-Substituição do nome da Professora Doutora Marílina Chauí pelo
49-Professor Doutor Ciro Juvenal Rodrigues Marcondes Filho (Titu -
50-lar, ECA/USP). Aprovado. b) Substituição, na composição da Co -
51-missão Julgadora do Concurso para Provimento de Cargo de Pro -
52-fessor Titular, na área de História da Educação do DEFHE, ao
53-qual se inscreveu o Professor Evaldo Amaro Vieira. Substitui -
54-ção do nome da Professora Doutora Amélia Americano Franco

01-D.de Castro pelo Professor Doutor Maurício Tragtenberg. Apro-
02-vado. c) Pedido de colaboração do Professor Sérgio Antonio
03-da Silva Leite, junto à Divisão Regional de Ensino-Campinas,
04-da Secretaria de Estado da Educação, no período de 01/10/ a
05-31/12/90, às 3^{as}. feiras, num total de 04 horas semanais
06-Aprovado. d) Projeto Qualidade (para apreciação). Inicialmente
07-o Professor Décio Pacheco apresentou as apreciações do DEME
08-resultantes da reunião realizada em 29/08/90 e que segue na
09-íntegra: "O DEME, em reunião realizada no dia 29/08/90 discu-
10-tiu o Projeto Qualidade, concluindo pela necessidade de maior
11-aprofundamento do referido projeto nos seguintes pontos: 1)
12-QUALIFICAÇÃO DOCENTE. O DEME teve dificuldades em situar o
13-Projeto Qualidade dentro de um Projeto mais amplo de Universi-
14-dade, entendendo que a questão da qualificação docente, embora
15-fundamental, deveria ser apenas uma parte deste Projeto mais
16-amplo. Se pensada de modo isolado, ou seja, como aperfeiçoa-
17-mento de recursos humanos, corre-se o risco de se burocratizar
18-ainda mais a vida acadêmica, especialmente a pesquisa. 2- CAR-
19-REIRA DOCENTE. O DEME manifestou preocupação em relação ao
20-ingresso na carreira docente dar-se exclusiva no nível MS-3
21-Quanto ao item CONTRATOS DE RISCO, avaliou-se que ele é, em
22-si, altamente preocupante, preocupação esta que acentua-se em
23-seu desdobramento, no qual observa-se uma tendência centrali-
24-zadora na tomada de decisões sobre recontração e avaliação
25-de docentes através de uma instância denominada Conselho de
26-Contratos de Risco. Este Conselho acabaria por retirar do De-
27-partamento e da Unidade a responsabilidade e a autonomia de
28-avaliar e recontratar ou não seus quadros. Quanto à redução de
29-tempo de RDIDP para RTC para aqueles docentes que não concluí-
30-rem sua teses de doutoramento no tempo previsto pelo Projeto
31-Qualidade, o DEME se coloca contrário a este item. 3-CONDIÇÕES
32-DE TRABALHO. O DEME sentiu a total ausência de explicitação
33-das condições de trabalho necessárias para os docentes que es-
34-tejam em processo de elaboração de Dissertação e Teses. Consi-
35-dera fundamental que estas questões sejam debatidas, incluindo
36--se aí aquelas de ordem material, que vão desde datilografia,
37-uso de computadores, xerox, impressão, etc., até a disponibi-
38-lidade de tempo para a pesquisa. Após as colocações do Profes-
39-sor Décio ocorreram manifestações semelhantes por parte de vá-
40-rios membros da Congregação. Verificando-se, não haver mais
41-quorum para a continuidade da reunião, chegou-se a conclusão
42-que ninguém foi frontalmente contra o Projeto mas há pontos
43-questionáveis que deverão ser discutidos uma vez que, sobre os
44-mesmos, não há consenso no âmbito da Faculdade de Educação
45-Os itens para aprovação, da pauta, deixaram de ser apreciados,
46-devendo ser incluídos novamente na pauta da reunião de 17/10/
47-90. Nada mais havendo a tratar, eu, Sueli Ap. Bonatto Dalmolim,
48-redigi a presente ata, que assino e submeto à aprovação dos
49-senhores membros. Campinas, 12 de Setembro de 1990.

OBS: ORIGINAL ASSINADO PELA SECRETÁRIA DA CONGREGAÇÃO.